Artigo original

esboços
histórias em contextos globais

MUITO MAIS QUE UMA VIAGEM: OS PROPÓSITOS IMPLÍCITOS NA PASSAGEM DO PRÍNCIPE REAL D. LUÍS FILIPE POR MOÇAMBIQUE (1907)

Much more than a journey: the implicit purposes of the visit of Crown Prince D. Luís Filipe to Mozambique (1907)

Tiago Canhota [a]
https://orcid.org/0000-0002-8698-8763
E-mail: canhotatiago@gmail.com

Olegário Nelson Azevedo Pereira [a]
https://orcid.org/0000-0002-5935-0932
E-mail: olegario.pereira@hotmail.com

Maria Rosário Bastos [b,c]
https://orcid.org/0000-0001-6154-1589
E-mail: maria.bastos@uab.pt

[a] Universidade NOVA de Lisboa, MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente / ARNET – Rede de Investigação Aquática, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Lisboa, Portugal

[b] Universidade Aberta, Departamento de Ciências Sociais e de Gestão, Porto, Portugal

[c] Universidade do Porto, CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras, Porto, Portugal

ISSN 2175-7976 DOI: http://doi.org/10.5007/2175-7976.2026.e112344

RESUMO

O presente artigo debruça-se sobre a visita do Príncipe Real D. Luís Filipe fez, no ano de 1907, às colónias africanas no geral e a Moçambique. O objetivo central foi o de compreender o contexto da preparação da viagem, assim como analisar os propósitos implícitos e explícitos da sua realização, incluindo correspondência diplomática e registros oficiais da época. Embora a expedição tenha sido inicialmente impulsionada pelas pressões britânicas e humanitárias em torno da persistência do trabalho escravo e forçado nas roças de cacau de São Tomé e Príncipe, o estudo demonstra que outros motivos transcenderam esta questão. Conclui-se que a jornada obteve um enorme sucesso político e diplomático. A visita serviu não apenas para legitimar o domínio ultramarino português e afirmar o regime monárquico, mas, sobretudo, funcionou como a peça-chave para a consolidação da reaproximação diplomática entre Portugal e o Reino Unido após a crise do Ultimatum de 1890. Apesar de ter contribuído para o crescimento institucional do futuro herdeiro, o pleno reconhecimento público e as consequências da viagem foram tragicamente interrompidos pelo regicídio de 1 de fevereiro de 1908.
PALAVRAS-CHAVE: Portugal. África. Monarquia.

ABSTRACT

This article examines the visit made by Royal Prince D. Luís Filipe in 1907 to the African colonies in general and to Mozambique in particular. The central objective is to understand the context of the journey's preparation, as well as to analyze the implicit and explicit purposes of its realization, drawing on diplomatic correspondence and official records of the period. Although the expedition was initially prompted by British and humanitarian pressure regarding the persistence of slave and forced labor on the cocoa plantations of Sao Tome and Principe, the study demonstrates that other motives transcended this issue. It is concluded that the journey achieved significant political and diplomatic success. The visit served not only to legitimize Portuguese overseas rule and bolster the monarchical regime but, above all, it acted as a key element in consolidating the diplomatic rapprochement between Portugal and the United Kingdom following the 1890 Ultimatum crisis. Despite contributing to the future heir's institutional development, the full public recognition and the long-term consequences of the voyage were tragically cut short by the regicide on February 1st, 1908.
KEYWORDS: Portugal. Africa. Monarchy.

Iniciado em terras Norte-Africanas, com a conquista da cidade marroquina de Ceuta em 1415, o império ultramarino português havia de se expandir nos séculos subsequentes para latitudes e longitudes diversas. A estas navegações pelas costas ocidental, austral e oriental de África seguiu-se o continente asiático e, por fim, o sul-americano (Marques, 1998, pp. 237 et seq.; Serrão, 1980).

No presente estudo, vamos centrar-nos no caso de África. Enquadremos a questão. A viagem de Vasco da Gama, em 1498, inaugurou de forma permanente a ligação marítima entre a Europa e a Ásia, dando início a uma presença portuguesa na Ásia, entre finais do século XV e meados do século XVII, que se caracterizou por ser demograficamente débil, economicamente forte e geograficamente dispersa. Não resistindo à concorrência e aos avanços dos partidários do Mare Liberum, como eram a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos e a Inglaterra, à União Dinástica e ao pauperismo que adveio das guerras da Restauração da Independência, o império português na Ásia não demonstrou capacidade de se reerguer sobejando apenas alguns pequenos territórios e praças-fortes (Serrão, 1980, p. 100).

Alegadamente "achada" em 1500, a designada Terra de Vera Cruz, hoje Brasil, só posteriormente haveria de ser explorada de forma efetiva. A primeira tentativa digna desse nome ocorreu por volta de 1532 a mando de D. João III, aquando da sua divisão em Capitanias. Ainda assim, e não obstante alguma ocupação humana e fomento, o seu verdadeiro desenvolvimento económico deu-se em dois períodos posteriores: o primeiro, ocorreu entre meados dos séculos XVI e XVII e esteve ligado à produção açucareira, enquanto o segundo teve lugar entre o início e meados do século XVIII com as descobertas auríferas e diamantinas. A independência brasileira, ocorrida em 1822, obrigou a uma reorientação da estratégia política, diplomática e económica de Portugal. Fechava-se, deste modo, o círculo marítimo, regressando-se ao ponto de partida: África (Serrão, 1980, pp. 132-133; Serrão, 1982, pp. 168-170; Johnson & Silva, 1992, pp. 114; 207 e 240-242; Alexandre & Dias, 1998, pp. 27-29).

Por fatores análogos ou distintos aos dos portugueses, também outras nações europeias haveriam de se interessar pelo continente africano, grosso modo a partir de meados do século XIX. Para além de Portugal, também a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha ou a Bélgica disputariam a sua quota-parte africana num movimento que ficou conhecido como a "Corrida a África", alterando de modo indelével não apenas a

sociedade, a economia, mas, igualmente as fronteiras africanas (Marques, 1998, p. 166; Carpentier & Lebrun, 2002, pp. 356-357).

Inserido numa luta das grandes potências coevas, Portugal bateu-se aos níveis diplomático e militar como pôde, juntando às limitações usuais (falta de recursos humanos, materiais e financeiros), uma dose de pouca sagacidade nas relações internacionais. Neste campo, adquiriram especial destaque os Tratados assinados com a França e a Alemanha, em 1886, com vista ao estabelecimento da delimitação dos territórios ultramarinos da Guiné (norte) e de Angola (sul). A primeira consequência desta postura foi o embate diplomático contra a poderosa Grã-Bretanha, em 11 de janeiro de 1890 (Ultimatum inglês). O resultado, visto como uma derrota humilhante, foi o móbil dos opositores à Monarquia portuguesa, os republicanos, ensombrando desde o início, o reinado de D. Carlos que teve tanto de brilhante como de trágico (Marques, 1998, pp. 54-58).

Apesar do sentimento antibritânico que grassava em Portugal, a política externa portuguesa passou por uma reaproximação ao Reino Unido, destacando-se neste campo o Ministro Plenipotenciário de Portugal em Londres, o Marquês de Soveral, e pelo próprio Rei D. Carlos. Se dúvidas subsistissem sobre a orientação política do monarca, elas foram dissipadas na sua famosa afirmação: "(…) poderemos estar de mal com todo o mundo, menos com o Brasil e a Inglaterra." (Castello-Branco, 1924, p. 41)[1]. Assim, e não obstante toda a pressão diplomática ou a assinatura, em 1898, dos acordos secretos assinados entre a Alemanha e a Grã-Bretanha, com o fito da divisão das colónias portuguesas em África, Portugal viu reconhecida a posse efetiva de territórios imensos na África Austral, conseguindo um lugar na mesa dos países colonizadores (Marques, 1998, pp. 24-25). A viagem do Príncipe Real D. Luís Filipe aos territórios portugueses e britânicos em África selava de forma oficial essa "nova" união diplomática entre Portugal e o Reino Unido. Referimo-nos, sobretudo, às aspirações de ambos acerca de África em geral e de Moçambique em particular. O artigo que agora apresentamos, intitulado: "Muito mais que uma viagem: os propósitos implícitos na passagem do Príncipe Real D. Luís Filipe por Moçambique (1907)", partiu da formulação de várias interrogações, nomeadamente: qual o contexto em que a viagem foi preparada? Quais os propósitos da sua realização? Quais os objetivos que atingiu?

[1] Ainda sobre esta temática atente-se igualmente no pensamento do Marquês de Soveral sobre a aliança luso-britânica: "Não sejamos corretos, sejamos parciais, parcialíssimos (…). Sejamos inglezes sobretudo enquanto a Inglaterra encontrar dificuldades." (Costa, 1998, p. 123).

A viagem, particular no seu género e ainda mais no contexto português[2], apresentou vários propósitos que agrupámos em duas categorias: gerais e específicos. Nos objetivos gerais, apresenta-se a atuação político-diplomática que transcorreu desde as primeiras campanhas exploratórias até à definição das fronteiras e ao consequente reconhecimento internacional de Moçambique. Num segundo momento, isto é, relativamente aos objetivos específicos, debruçámo-nos sobre as causas e a preparação da viagem, nomeadamente a permanência de trabalho escravo e/ou forçado nas roças de São Tomé e Príncipe, e o seu itinerário marítimo e terrestre. Por último, e ainda enquadrado neste ponto, fizemos uma validação das implicações da visita nos campos pessoal, político e diplomático.

De modo a responder às questões inicialmente formuladas e aos objetivos que pretendíamos alcançar, utilizou-se preferencialmente uma metodologia centrada heurística e posterior hermenêutica, de fontes primárias, complementadas, evidentemente, por um conjunto de trabalhos devidamente sinalizados num levantamento acerca do estado da arte. Destarte, indicam-se como Fontes Primárias mais relevantes as *Cartas do Príncipe Real D. Luís Filipe ao Infante D. Manuel. 1903-1807* (Cartas, 1907), *as Cartas d`Africa: viagem do principe real, Julho-Setembro 1907* (D'Ornellas, 1928), *a Ata Geral Redigida em Berlim em 26 de Fevereiro de 1885* (Ata, *s.d.*), *as Memórias do Sexto Marquês do Lavradio* (Almeida, 1947) e, finalmente, as memórias escritas por Guilherme Vidal Júnior intituladas No commando do África: memórias e impressões 1907-1914 (Júnior, 1915). Quanto às principais referências consultadas refiram-se como mais representativas as atinentes à história de Portugal e da expansão portuguesa (Mattoso, 1993; Bethencourt & Chaudhuri, 1998; Marques, 1998; Alexandre & Dias, 1998), à história de Moçambique (Pélissier, 2000a, 2000b; Roque, 2011) e à história das personalidades integrantes na conjuntura analisada neste estudo (Vicente & Vicente, 1998; Silveira & Fernandes, 2006; Ramos, 2006; Pedras, 2013, 2016; Canhota, 2023).

Tendo sido uma figura algo secundarizada na historiografia nacional contemporânea, tanto pela puerilidade como pelo trágico acontecimento de 1 de fevereiro de 1908, a figura de D. Luís Filipe era, no entanto, encarada como a derradeira esperança para a revitalização da monarquia. Assim, a concretização do presente texto encerra o propósito de constituir um contributo para o esclarecimento de um período fundamental da história de Portugal.

[2] Sobre a peculiaridade da viagem confronte-se a Tabela 3.

Moçambique: das campanhas exploratórias à viagem real

Embora os contactos entre os portugueses e os povos que habitavam para lá do Cabo Bojador remontem ainda à primeira metade do século XV[3], raros foram os europeus que se aventuraram pelo interior dos territórios africanos. Entre os fatores condicionantes indicam-se, a enorme logística material e humana que tal empresa necessitava, as dificuldades oferecidas pelo relevo, pelo clima e pelas doenças endémicas, a hostilidade dos povos autóctones a uma ocupação estrangeira, ou simplesmente o desinteresse, uma vez que os custos seriam mais elevados do que os eventuais proveitos a obter. Deste modo o continente africano serviu durante muito tempo, e em grande medida, como um entreposto comercial e, a partir do século XVIII, como mercado de mão-de-obra escrava para os territórios americanos. A transposição do Cabo das Tormentas, ou da Boa Esperança, a partir de 1488, e a consequente possibilidade de acesso aos ricos territórios do Índico, perpetuou ainda mais esta condição subalterna da África Austral (Alexandre & Dias, 1998, pp. 24-25).

Tendo sido a ocupação do continente, por parte dos europeus, essencialmente comercial e não demográfica, e uma vez que tanto o território como o comércio interior estavam nas mãos dos diferentes reinos e potentados africanos, o estabelecimento dos europeus privilegiou, sobretudo, as zonas costeiras. A sua fixação em feitorias ou pequenos núcleos populacionais, necessariamente tolerada e provavelmente incentivada pelos nativos, era mais que suficiente, tanto para a realização de trocas comerciais, como enquanto locais de apoio às navegações, ou ainda, de pontos de defesa ou de fuga em caso de altercações. Esta foi, grosso modo, a realidade europeia em África até meados de Oitocentos (Pélissier, 2000a, pp. 48-51).

No caso do território que viria a constituir a província de Moçambique, o primeiro contacto que os portugueses tiveram com o futuro território moçambicano ocorreu em 1498, no decurso da passagem da armada de Vasco da Gama, que tinha como destino o subcontinente indiano. Nos quase quatro séculos seguintes, a ocupação lusa desta região não distou da que era praticada nos demais territórios: abertura de feitorias e presídios, criação de cidades, assinatura de acordos políticos ou comerciais com os régulos locais, numa presença tolerada e necessária economicamente, podendo datar-se do século XVIII

[3] O navegador Gil Eanes dobrou-o no ano de 1434.

os primeiros esforços para a exploração do interior (Peres, 1934, pp. 747-748; Serrão, 1980, p. 100; Sebestyén & Vansina, 1999, p. 299; Pélissier, 2000a, pp. 42, 48-51).

A primeira dessas tentativas, ligando Angola a Moçambique, foi pensada em 1725 pelo governador de Angola, António Álvares da Cunha, conde da Cunha, mas apenas colocada em ação em 1755, com a viagem de Manuel Correia Leitão (Peres, 1934, pp. 747-748; Sebestyén & Vansina, 1999, pp. 299-364). A esta, seguiram-se muitas outras até meados do século XIX (Tabela 1).

Tabela 1 – Principais explorações portuguesas no território moçambicano.

Ano	Exploradores	Percurso	Fonte
1796	Manuel Caetano Pereira	Tete? – Kasembe (Zâmbia)	Pélissier, 2000a, p. 79.
1798-99	Francisco José de Lacerda e Almeida	Tete – Kasembe (Zâmbia)	Rosa, 2015, p. 61; Verde, 2021, pp. 58-60; Ogot, 2010, p. 713; Marques, 1998, p. 451; Serrão, 1971, p. 116; Pélissier, 2000a, p. 79.
1802-14 ou 1806-15	João Baptista e Amaro José	Cassange (Angola) – Tete	Pélissier, 2000a, p. 79; Marques, 1998, p. 448.
1831-32	Major João Correia Monteiro e o capitão António Pedroso Gamito	Tete – lago Mweru (Rep. Dem. do Congo e Zâmbia) – Tete	Peres, 1935, p. 577; Serrão, 1971, p. 116.
1855-56	Pe. Joaquim de Santa Rita Montanha e o alferes António de Sousa Teixeira	Inhambane – Transval (África do Sul)	Peres, 1935, p. 579; Serrão, 1986, p. 104; Marques, 1988, p. 167; Pélissier, 2000a, pp. 79, 117; Pélissier, 2000b, p. 242.
1884-85	Capelo e Ivens	Moçâmedes (Angola) – Quelimane	Serrão, 1986, pp. 74-75.

Fonte: tabela dos autores.

Acompanhando as grandes viagens de reconhecimento internacionais patrocinadas pelo Reino Unido, França ou Bélgica, também Portugal os seguiu nesta demanda. Esta nova projeção exploratória materializou-se, do ponto de vista institucional e efetivo, com as criações da *Sociedade de Geografia de Lisboa*, em 1875, da *Sociedade de Geografia Comercial do Porto*, em 1880, e com o envio de expedições de reconhecimento geográfico. A presença cada vez maior de diversas potências europeias em África levou a um inevitável choque de interesses. Em resultado, foram organizadas, em 1876, a

Conferência de Bruxelas e, mais tarde, em 1884-85, a *Conferência de Berlim* com vista ao estabelecimento de áreas de influência política e comercial e ao término da escravatura (Ata, s.d.; Acto, 1902; Mattoso, 1993, p. 30).

Foi neste contexto que, no caso português, se realizou a segunda viagem exploratória de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens. Depois do fracasso que tinha sido a sua anterior expedição[4], esta revestiu-se de especial importância uma vez que permitiu alimentar um antigo desiderato português: a ligação terrestre entre os territórios de Angola e Moçambique. Pese embora esta não tivesse sido a primeira a ligação entre os dois territórios (João Baptista e Amaro José haviam ligado Cassange a Tete, em 1802/06-14/15), nem a primeira a ligar a costa atlântica à costa índica (Alexandre de Serpa Pinto havia ligado Benguela e Durban entre 1877-79) foi, no entanto, em parte fruto do momento político – exploratório e publicitário – a que teve uma maior visibilidade nacional, contribuindo de forma decisiva para a demarcação de fronteiras e para a elaboração do Mapa Cor-de-Rosa (SERRÃO, 1986, pp. 74-75).

Chegados aos finais do século XIX e apesar de todos os esforços,

> […] a África Portuguesa era nesse tempo, e era-o desde o século XV, e em Moçambique desde o XVI, uma área sem limites certos, nem fronteiras definidas (…) [com uma] modestíssima organização de governos regionais débeis e pobres, agregados em governos-gerais, também de reduzida acção e poder […]. (Lobato, 1962, pp. 166-167).

Perante o exposto, podemos concluir que a dominação geográfica portuguesa estava remetida a um território predominantemente costeiro, descontínuo e com poucas ou nenhumas ligações terrestres entre si. No entanto, ainda que turvamente delimitado, a situação era incomparavelmente mais auspiciosa se comparada com as regiões do interior, uma vez que "As suas fronteiras no sertão não podem determinar-se precisamente, porque alem de terem avançado e recuado em diversas epochas, nunca a situação dos pontos extremos foi averiguada com exatidão." (Bordalo, 1859, 1859, pp. 58, 60)[5]. Ainda sobre este aspeto da ocupação, e reforçando-o, relembra-se que a sua capital, São Sebastião de Moçambique, estava situada na ilha homónima, até 1898, quando teve lugar a transferência para Lourenço Marques (Bordalo, 1859, p. 58). Esta

[4] Em 1877, acompanhado de Alexandre de Serpa Pinto partiram de Benguela numa viagem exploratória até ao planalto do Bié. Aí separam-se seguindo Capelo e Ivens para norte. Infletindo para sudoeste, Serpa Pinto chegou a Durban, na costa índica da África do Sul (Rodrigues, 1994, p. 226; Bethencourt & Chaudhuri, 1998, p. 115).

[5] Acerca de população, os números são ainda menos verosímeis. Segundo o autor nas terras dominadas por Portugal habitariam cerca de 70.000 indivíduos, dos quais 20.000 seriam livres e apenas 2.000 seriam brancos (incluindo muçulmanos e indianos). Indica ainda o número de cidadãos recenseados que se cifrava em 595 eleitores.

"Corrida a África" provocou entre as diversas potências europeias uma série de atritos de cariz político e militar. Os tratados feitos com os reinos africanos, as áreas de influência, ou a ocupação histórica e/ou efetiva dos territórios, foram algumas das variáveis que estiveram na base destes desentendimentos. Deste modo, quanto ao território moçambicano, tornou-se necessário abordar a questão das fronteiras com diversos interlocutores (Tabela 2).

Tabela 2 – Cronologia da definição das fronteiras ultramarinas portuguesas.

Ano	País	Resultados	Fonte
1864	Transvaal	Criação da Comissão Mista para a Delimitação da Fronteira entre o Transvaal e o Distrito de Lourenço Marques.	Roque, 2011, p. 106.
1866	Transvaal	Colocação de marcos pétreos delimitativos.	Roque, 2016, p. 254.
1866	Swazilândia	Colocação de marcos pétreos delimitativos.	Roque, 2011, p. 106.
1869	Transvaal	Assinatura do Tratado de Paz Amizade e Fronteiras entre os governos de Portugal e da República Boer do Transvaal, pelo qual se estabelecia que a linha de fronteira passava pela cumeada dos Libombos e se fixava o limite Sul das possessões portuguesas em 26ºO 30'.	Pélissier, 2000a, p. 117; Roque, 2011, pp. 106-107; Zeca, 2017, pp. 226, 228.
1885	Swazilândia	Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteiras.	Roque, 2011, p. 106.
1886	Convenção luso-francesa	Delimitação das fronteiras na Guiné e em Cabinda. A França reconhecia a influência de Portugal nas terras entre Angola e Moçambique desde que não adquiridas por outras potências.	Péllissier, 1989, pp. 231-232; Péllissier, 1986, p. 209.
1886	Convenção luso-alemã	Definição da fronteira sul de Angola e reconhecimento da esfera de influência portuguesa nos territórios entre Angola e Moçambique a norte do Zambeze.	Péllissier, 1986, p. 209.
1890	Transvaal	Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteiras.	Roque, 2011, pp. 106-107.
1890	Reino Unido	*Ultimatum* inglês.	Marques, 1998, pp. 222-223; Zeca, 2017, p. 229.
1890	Reino Unido	1.º Tratado luso-britânico de delimitação de fronteiras. Foi rejeitado pelas Cortes.	Marques, 1998, p. 24; Zeca, 2017, pp. 229-230.
1891	Reino Unido	2.º Tratado luso-britânico onde foram fixadas, com algumas pequenas exceções, as fronteiras moçambicanas.	Marques, 1998, pp. 24-25; Zeca, 2017, p. 230.

Fonte: tabela dos autores.

No caso português algumas destas fricções, especialmente com o Reino Unido, foram sanadas através de mediações internacionais em 1868: Bolama, pelo Presidente francês MacMahon, e em 1875: Lourenço Marques, pelo Presidente americano Ulisses

Grant, ou entre os signatários do *Tratado do Zaire* datado de 26 de fevereiro de 1884 (Péllissier, 1986, p. 51; Marques, 2009, p. 25). No entanto, o *hinterland* austral africano, isto é, o interior do continente, mostrou-se de mais difícil resolução uma vez que estavam em jogo interesses económicos, a pressão das opiniões públicas, razões geopolíticas e, acima de tudo, visões antagónicas quanto à sua divisão e ocupação do território. Para Portugal este era fundamental, uma vez que cumpria a quimera do *Mapa Cor-de-Rosa*, ligando Angola a Moçambique[6]. Foi neste contexto que ocorreu o episódio que mais celeuma criou a nível interno e externo: o *Ultimatum* inglês.

Ao invés do que se tinha passado anteriormente, o Reino Unido não aceitou a mediação internacional, partindo para uma postura de força militar à qual Portugal não conseguia retaliar[7]. No plano nacional, a dinastia Brigantina e o próprio regime monárquico ficaram abalados perante uma opinião pública, cada vez mais implacável com o regime e acicatada pelos republicanos. No plano exterior, as relações políticas e diplomáticas entre os dois reinos afundaram-se. A morte do rei D. Luís em 1889 e da rainha Vitória em 1901, catapultaram, respetivamente, para os tronos português e inglês os reis D. Carlos I e Eduardo VII, iniciando-se uma aproximação familiar, política e diplomática que, sublinhe-se, era conveniente para os dois lados, perante um império alemão cada vez mais reivindicativo e em ascensão militar (Canhota, 2023, pp. 134-135, 245, 289).

Para lá, da aferição in situ da permanência de escravatura nas roças santomenses, ou da afirmação da soberania portuguesa, uma parte significativa da viagem africana do Príncipe Real D. Luís Filipe apresentou como maiores propósitos o reconhecimento e o restabelecimento pleno das relações político-diplomáticas entre Portugal e o Reino Unido, cuja descrição elencaremos.

Dia 27 de setembro de 1907: um temporal assolou a baía de Cascais, onde havia chegado um dos seus mais ilustres visitantes. No porto, lançava âncora o vapor África, trazendo a bordo o Príncipe Real D. Luís Filipe. No dia seguinte, atracava na capital do Império, Lisboa, terminando o navio de forma oficial a sua jornada africana que havia durado praticamente três meses (Pereira, 2021, p. 245; Vicente & Vicente, 1998, p. 51). Findada a jornada, importa analisar não apenas o roteiro seguido ou a geografia percorrida, mas, também, os motivos implícitos e explícitos que levaram à realização de

[6] A concretização do Mapa Cor-de-Rosa coincida com o plano britânico, de Cecil Rhodes, de ligar por ferrovia os territórios da África do Sul (Cabo) ao Egito (Cairo).
[7] Veja-se o Incidente de Fachoda, entre o Reino Unido e a França (MCKENNA, 2025).

tal empreendimento. A primeira situação que se destaca foi a originalidade da viagem no contexto português, sobretudo se atentarmos nos itinerários reais ou realizadas por membros da família real aos espaços ultramarinos e adjacentes dos portugueses (Tabela 3).

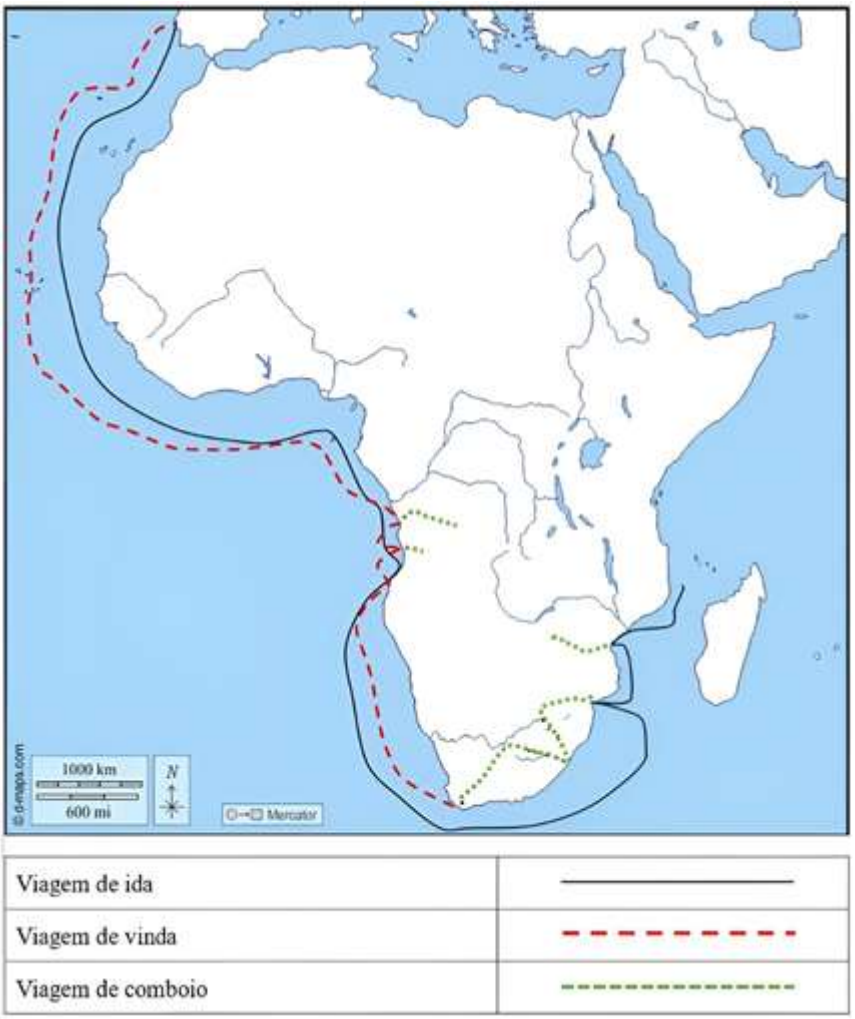
Tabela 3 – Viagens régias ao ultramar e territórios adjacentes.

Ano	Local (is)	Participante (s)	Motivo	Fonte
1807	Brasil	Família Real	Invasões napoleónicas	Serrão,1984, p. 18.
1859	Açores e Madeira	Infante D. Luís	Expedição militar	Silveira & Fernandes, 2006, p. 26.
1861	Angola e Cabo Verde	Infante D. Luís	Expedição militar	Silveira & Fernandes, 2006, pp. 26-28.
1871	Índia portuguesa	Infante D. Augusto	Expedição militar	Silveira & Fernandes, 2006, p. 289.
1895	Índia portuguesa	Infante D. Afonso	Expedição militar	Ramos, 2006, pp. 211, 358.
1901	Açores e Madeira	Reis D. Carlos e D. Amélia	Visita política	Ramos, 2006, pp. 168-169, 360.

Fonte: tabela dos autores.

Em relação ao tempo, a viagem decorreu entre os dias 1 de julho e 28 de setembro de 1907. Quanto ao espaço, foram visitados os territórios ultramarinos portugueses de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Angola e Moçambique e os territórios britânicos da Rodésia e da África do Sul (Vicente & Vicente, 1998, p. 51). Por último, relativamente aos meios de transporte, foram utilizados o navio *África*, pertencente à *Empresa Nacional de Navegação*, e o comboio (Figura 1).

Fig.1 – Roteiro da viagem.



Fonte: adaptado de D`Ornellas (1928).

O primeiro registo sobre a possibilidade de se organizar uma viagem desta tipologia deveu-se a D. Amélia, enquanto Princesa Real. Numa carta a Aires de Ornelas afirma que outra viagem "(…) extendendo-se a todas as Colonias, tinha eu sonhado quasi 20 annos antes, mas realizada pelo então Principe D. Carlos e eu. Chegou-se a fallar com o Barros Gomes [Ministro da Marinha e Ultramar] – mas já se vê [que] não consegui." (D`Ornellas, 1928, p. 15). Fatores conjunturais permitiam a sua efetivação no momento em análise. Vejamos, embora a escravatura tivesse sido abolida, desde 1878, em todos os territórios portugueses, a questão da contratação de mão-de-obra africana, especialmente vinda de Angola, para as roças do arquipélago de São Tomé e Príncipe manteve-se sempre viva (Figura 2).

Fig. 2 - Chegada de serviçais angolanos a São Tomé.



Fonte: Arquivo Científico Tropical Digital (s.d.).

Designados agora de serviçais, estes trabalhadores dispunham de contratos de trabalho, remuneração, habitação e acesso a cuidados de higiene e saúde incomparavelmente superiores aos demais trabalhadores africanos. Não obstante a melhoria e as evoluções legislativas verificadas ao longo dos anos, o grande problema aparecia na dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de repatriamento aquando do término dos contratos (Tabela 4).

Tabela 4 – Súmula singular e comparativa entre as legislações 1875, 1878 e de 1903

	1875	1878	1903
Contrato (duração)	Dois anos, preferencialmente para os antigos patrões (Art.º 5.º).	Máximo de cinco anos. No caso de aprendizes de qualquer arte ou ofício, poderão ir até aos dez anos (Art.º 27.º).	Angola: máximo de cinco anos; Moçambique: pelo menos um ano; Guiné e Cabo Verde: pelo menos dois anos (Art.º 31.°).
Renovação (duração)	Sem indicação.	Sem indicação.	Não indica a duração. Aumento de pelo menos 10% no salário (Art.º 57.º).
Salário	Sem indicação do valor (Art.º 8.º e 9.º).	Sem indicação do valor (Art.º 26 e 37.º).	Nunca inferior a 2$500 réis para os homens e l$800 réis para as mulheres (Art.º 50.º). Apenas tinham direito a 2/5. O restante, designado de bónus,

	1875	1878	1903
			era entregue ao serviçal aquando da sua repatriação (Art.º 36.º e 58.º) ou para sustento da família (Art.º 32.º).
Horário laboral	Dias e horas de trabalho estipulados de acordo com o sexo e tipo de trabalho (Art.º 9.º).	Máximo de nove horas de segunda a sábado e alguns trabalhos ao domingo (Art.º 42.º).	Sem indicação.
Habitação, alimentação e vestuário	Alimentação e vestuário fornecidos pelos patrões (Art.º 8.º e 9.º).	Alimentação, cama levantada do chão e vestuário fornecido pelos patrões (Art.º 36.º e 37.º).	Alojamento, alimentação e vestuário fornecidos pelos patrões (Art.º 51.º).
Cuidados de saúde	Sem indicação.	Obrigatoriedade de acordo com certas regras (Art.º 69.º).	Obrigatoriedade de enfermaria de acordo com certas regras (Art.º 60.º).
Transporte de ida	Pagos pelos patrões (Art.º 22.º).	Sem indicação.	Não é explícito (Art.º 39.º).
Repatriamento	Sem indicação. Apenas refere os colonos (Art.º 23.º).	No caso de não renovação contratual e a cargo dos patrões (Art.º 67.º).	No caso de não renovação contratual e a cargo dos patrões (Art.º 51.º e 57.º). Recebimento do bónus no porto de chegada (Art.º 36.º e 58.º).

Fonte: adaptado de Diário do Governo (1875; 1878 e 1903).

Movidos por questões humanitárias a que se juntavam as económicas, uma vez que São Tomé era o maior produtor mundial de cacau, a questão da manutenção de trabalho escravo, ou forçado, era levantada amiúde pelos britânicos. A publicação por Joseph Burtt de um relatório sobre a mão-de-obra que trabalhava nas roças (Cadbury, 1910) foi o motivo para se planear a realização de uma viagem ao arquipélago por parte do Ministro da Marinha e do Ultramar Aires de Ornelas (Pedras, 2016, pp. 74-76).

No entanto, como veremos, a viagem não teve como maior protagonista o Ministro Ornelas, não se cingiu às ilhas de São Tomé, nem o principal objetivo passou pela aferição da efetiva escravatura.

Entre os dias 1 e 25 de julho a comitiva viajou pelo Atlântico visitando os territórios ultramarinos de São Tomé e de Angola, onde procederam a inaugurações e visitaram explorações agrícolas, entre as quais as roças santomenses Rio do Ouro e Boa Entrada ou a Fazenda Tentativa em Angola (Pedras, 2106, pp. 36-37; Canhota, 2023, pp. 273-276). Dobrada a ponta sul de África, chegaram a Moçambique, no dia 28. No entanto, por ordem do Governador Geral Freire d´Andrade, só no dia seguinte pôde atracar devido ao

atraso na finalização dos preparativos. Acompanhemos o itinerário do vapor África e dos seus ilustres viajantes e respetivos anfitriões.

Às primeiras horas da manhã, depois de hasteado o pavilhão real, o África navegou em direção a Lourenço Marques, escoltado pelos navios *Azevedo Coutinho e Liberal*. Este último, trazia abordo uma orquestra indígena e alguns chefes tribais. Ancorado o navio, e enquanto a bordo o Príncipe e a sua comitiva recebiam os cumprimentos do Governador Geral e do Chefe do Estado-Maior, no cais encontravam-se milhares de indivíduos à sua espera, na esperança de verem o primeiro "(…) Principe de Portugal [que] piza o solo d´estas paragens longínquas (…)" (Júnior, 1915, p. 50). O percurso pelas ruas da cidade foi ladeado por cerca de vinte mil indígenas que à sua passagem gritavam *Bahete InKosso*[8] (Cartas, 1907, n.º 3). O dia 30 foi reservado a assuntos mais institucionais e políticos. Depois de um almoço no Grémio Militar, fez-se um brinde à memória dos soldados tombados e aos que "(…) que áquella hora se estavam batendo pela pátria e pelo rei no sul d´Angola." (Júnior, 1915, p. 63).

Depois do almoço, teve lugar no hipódromo o acontecimento que só pela sua importância justificava uma viagem à costa oriental. Aí, numa tribuna levantada propositadamente assistiram à parada o Príncipe D. Luís Filipe, o Ministro da Marinha e Ultramar Aires de Ornelas, o Governador Geral Freire d´Andrade e as respetivas comitivas. Ladeando a tribuna central, duas bancadas foram erigidas para alojarem os restantes convidados nacionais e estrangeiros (D'Ornellas, 1928, pp. 106-108). Entre vinte e vinte e cinco mil guerreiros indígenas apetrechados com as suas lanças e escudos, desfilavam, empunhando a bandeira portuguesa, perante o Príncipe Real, reconhecendo nele a autoridade portuguesa sobre os seus territórios. Não se esquecendo das palavras que o seu perceptor e aio, Mouzinho de Albuquerque, lhe havia dito "Este reino é obra de soldados." (Albuquerque, 1964, p. 5), foi mais uma vez prestada homenagem ao exército visitando, na companhia de alguns oficiais que tinham tomado parte, o local onde havia decorrido a batalha de Marracuene (Júnior, 1915, pp. 69-70; D'Ornellas, 1928, p. 66).

Entre os dias 4 e 12 de agosto, o Príncipe Real visitou as localidades da Beira, Moçambique, Quelimane, regressando novamente à Beira. Na ilha de Moçambique, conheceu a fortaleza e lançou a 1.ª pedra para a construção do tribunal; em Quelimane visitou as instalações da Companhia do Boror e, na Beira, entretanto elevada a cidade,

[8] Traduzido para português significa: "Salve nosso Senhor".

inaugurou a Escola de Artes e Ofícios (pp. Júnior, 1915, pp. 75-90; D'Ornellas, 1928, pp. 67-72; Almeida, 1947, p. 74)[9].

Ainda na África Austral, mas nos domínios britânicos, relevam-se as viagens à Rodésia (13 a 14 de agosto) e à África do Sul (20 a 31 de agosto). As visitas a estes territórios revestiram-se de uma grande importância, na medida em que era o fechar de um ciclo de confrontações e disputas territoriais, diplomáticas e políticas. Partindo da Beira, visitou a cidade moçambicana de Macequece e rodesiana de Umtali, tendo sido recebido em ambas, com efusivas aclamações tanto dos populares como por parte das entidades oficiais. Da curta estadia destacam-se as visitas aos complexos mineiros desta última região que outrora havia sido integrada no *Mapa Cor-de-Rosa* (D'Ornellas, 1928, pp. 73-76; Almeida, 1947, p. 75).

Partindo de Lourenço Marques, dirigiram-se para o ponto crucial da viagem em termos de diplomacia externa parando na localidade fronteiriça de Ressano Garcia onde foram recebidos pelos ajudantes do Alto-Comissário Lord Selborne e pelo comandante das tropas britânicas no Transval, seguindo para terras sul-africanas, visitando posteriormente as cidades de Pretória, Joanesburgo, Maritzburgo, Durban, Bloemfontein e Cabo. O programa sul-africano dividiu-se entre atos protocolares (encontros com os representantes governamentais, corpo consular, entidades religiosas, encontro com a comunidade portuguesa de Pretória…), e informais (caçadas, vista às minas no Transval, visita à casa de Cecil Rhodes…). Finalizado o percurso pela colónia britânica da África do Sul, regressaram novamente ao vapor África, iniciando a subida do Atlântico que passou novamente por Angola e São Tomé e Príncipe e ainda por Cabo Verde, atracando em Cascais no dia 27 de setembro (Júnior, 1915, pp. 94, 98, 97-101, 104, 106; D'Ornellas, 1928, pp. 77, 89-97; Almeida, 1947, pp. 75, 81-82).

A visita foi um rotundo sucesso para o próprio (validando-o enquanto futuro ator político), mas sobretudo para o reatar e reforçar das relações diplomáticas luso-britânicas.

Considerações finais

Quando nos confrontamos com a temática ultramarina portuguesa e discorremos sobre as campanhas dos Descobrimentos, neste caso em África, é assaz comum pensar-se num efetivo e amplo domínio político, territorial e até demográfico por parte da metrópole portuguesa sobre os demais povos continentais. Essa visão eurocêntrica,

[9] A toponímia foi adotada em 1887 honrando o nascimento e o título, príncipe da Beira, de D. Luís Filipe (Amaral, 1969, p. 77).

nacionalista, heroica e roçando o maniqueísmo encontra-se, hoje, amplamente desatualizada. Se durante muitos anos esta narrativa foi pintada e apresentada com matizes brancas ou pretas, isto é, de um lado os dominadores e do outro os dominados, tornou-se hoje mais claro que ela foi verdadeiramente parda e miscigenada, numa relação que durante muito tempo foi de *inter pares*.

Se o contexto e os propósitos para a sua efetivação foram o Relatório de Joseph Burtt e os protestos que se geraram na opinião pública inglesa sobre a manutenção de mão-de-obra escrava ou forçada nas plantações de cacau são-tomense, não deixa de ser significativo que este objetivo tenha sido secundarizado ou mesmo esquecido. Analisada a viagem do Príncipe herdeiro ao trono de português, verificamos que o grande valor da mesma esteve relacionada com os vetores político e diplomático.

Do ponto de vista político, assistiu-se uma afirmação do regime monárquico e da legitimação do domínio político ultramarino. A inauguração de edifícios administrativos, o encontro com as mais altas entidades civis, militares, políticas e religiosas, o reconhecimento político por parte de colonos e de indígenas, o desenvolvimento do território, o findar das guerras de pacificação e ocupação mas sobretudo o episódio do batuque em Lourenço Marques, onde cerca de vinte mil indígenas legitimaram Portugal, na figura do Príncipe, como o seu chefe político, fecharam o círculo do pensamento político, com destaque para o Marquês Sá da Bandeira, com vista à criação de um império marítimo em África.

Se o intuito primordial para a sua realização foram as queixas inglesas sobre a persistência de trabalho escravo nas roças e em todo o aparelho produtivo de cacau no arquipélago de São Tomé e Príncipe, este tema foi largamente suplantado, podendo até ser afirmado que se tornou secundário.

Quanto à diplomacia, esta estadia oficial representou a pedra de fecho no arco das relações entre Portugal e o Reino Unido, que se seguiu ao episódio de 11 de janeiro de 1890, muito contribuindo as habilidades e as relações feitas em Londres pelo Marquês de Soveral e em Lisboa pelo Rei D. Carlos I. A inclusão no roteiro e a preocupação de visitar colónias britânicas, nomeadamente a Rodésia e a África do Sul, as deferências com as quais foi recebido e até a visita à casa de Cecil Rhodes, eivada de simbolismo, foram a prova desta nova aproximação luso-britânica. Se para o Reino Unido, Portugal representava um parceiro, ainda que menor, a ter em conta no presente e no futuro, perante o agigantamento da Alemanha, para Portugal o Reino Unido significava a manutenção do regime e dos territórios ultramarinos.

A jornada foi um êxito diplomático e político, e que contribuiu, igualmente, para o crescimento pessoal e institucional do Príncipe, não tendo, no entanto, o reconhecimento público[10]. O regicídio que ocorreria meses depois não permitiu, de acordo com as palavras de Aires de Ornelas (1928, p. 12) registar as"(…) consequências que o País tinha de direito de auferir da viagem do príncipe real (...)".

Referências

Acto geral da Conferência Internacional de Bruxelas de 2 de julho de 1890: Confirmado e ratificado pela carta de lei de 24 de março de 1892. (1902). *A Liberal*. https://www.fd.unl.pt/anexos/investigacao/1391.pdf

Albuquerque, M. de. (1964). Um documento notável: Carta de Mouzinho de Albuquerque ao príncipe real Luís Filipe de Bragança. *Revista Defesa Nacional*.

Alexandre, V., & Dias, J. (Coords.). (1998). *Nova história da expansão portuguesa: O império africano (1825–1890)* (Vol. 10). Editorial Estampa.

Almeida, J. L. de (Coord.). (1947). *Memórias do sexto marquês do Lavradio*. Edições Ática.

Amaral, I. do. (1969). Beira, cidade e porto do Índico. *Finisterra*, 4(7), 77–93.

Arquivo Científico Tropical Digital. (s.d.). *Postais de São Tomé e Príncipe, edição de Salvador Levy & Ca., S. Thomé [São Tomé], Chegada de serviçaes d'Angola*. https://actd.iict.pt/view/actd:AHUD24282

Ata geral redigida em Berlim em 26 de fevereiro de 1885. (s.d.). https://web.archive.org/web/20131029200637if_/http://www.casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf_berlim.pdf

Bethencourt, F., & Chaudhuri, K. (Dirs.). (1998). *História da expansão portuguesa: Do Brasil para África (1808–1930)* (Vol. 4). Círculo de Leitores.

Bordalo, F. M. (1859). *Ensaio sobre a estatística de Moçambique*. Imprensa Nacional. https://play.google.com/books/reader?id=jNtHAQAAMAAJ

Cadbury, W. A. (1910). *Os serviçaes de S. Thomé*. Bertrand; Chardron.

Canhota, T. (2023). *D. Luís Filipe, Portugal e o mar (1887–1908): Relações e importância* [Tese de doutoramento, Universidade Aberta]. https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/15637

Carpentier, J., & Lebrun, F. (Dirs.). (2002). *História da Europa* (3.ª ed.). Editorial Estampa.

[10] Conforme Aires de Ornelas (D'Ornellas, 1928, p. 12) "Mas o que sentiu e exprimiu o Ultramar não foi ouvido nem quiseram perceber em Lisbôa. A recepção na Sala do Risco a seguir ao desembarque deixava desilludidos os enthusiasmos que o tinham acompanhado".

Cartas. (1907). *Cartas do príncipe real D. Luiz Filipe ao infante D. Manuel: 1903–1907* (Cartório da Extinta Casa Real, cx. 42-A, mç. 775). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

Castello-Branco, J. F. (1924). *Cartas d'El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco*. Livrarias Aillaud e Bertrand.

Costa, F. (1998). *Portugal e a guerra anglo-boer: Política externa e opinião pública (1899–1902)*. Edições Cosmos.

D'Ornellas, A. (1928). *Cartas d'África: Viagem do príncipe real (julho–setembro 1907)*. Escola Tipográfica das Oficinas de S. José.

Johnson, H., & Silva, M. B. N. (Coord.). (1992). *O império luso-brasileiro (1500–1620)*. Editorial Estampa.

Júnior, G. V. (1915). *No commando do África: Memórias e impressões (1907–1914)*. Tipografia Santos.

Lobato, A. (1962). *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*. Junta de Investigações do Ultramar.

Marques, A. H. de O. (1998a). *História de Portugal: Das revoluções liberais aos nossos dias* (13.ª ed., Vol. 3). Editorial Presença.

Marques, A. H. de O. (1998b). *História de Portugal: Do Renascimento às revoluções liberais* (13.ª ed., Vol. 2). Editorial Presença.

Marques, A. H. de O. (Coord.). (1998). *A expansão portuguesa (Vol. 2)*. Editorial Estampa.

Marques, P. L. (2009). *O marquês de Soveral: Seu tempo e seu modo*. Texto Editores.

Mattoso, J. (Dir.). (1993). *História de Portugal: A segunda fundação (1890–1926)* (Vol. 6). Editorial Estampa.

McKenna, A. (2025). Fashoda incident. *Encyclopaedia Britannica*. https://www.britannica.com/event/Fashoda-Incident

Ogot, B. A. (Ed.). (2010). *História geral da África: África do século XVI ao XVIII* (Vol. 5). UNESCO.

Pedras, M. R. (2013). O príncipe D. Luís Filipe, a África e os escravos de São Tomé. In A. R. Cruz (Dir.), *O ideário patrimonial* (pp. 73–86). Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar.

Pedras, M. R. (2016). A imprensa e o império na viagem do príncipe D. Luís Filipe a África. *Revista Brasileira da História da Mídia*, 5(1), 33–43. https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/download/4515/2654

Pélissier, R. (1986). *História das campanhas de Angola: Resistência e revoltas (1845–1941)* (Vol. 1). Editorial Estampa.

Pélissier, R. (2000a). *História de Moçambique: Formação e oposição (1854–1918)* (3.ª ed., Vol. 1). Editorial Estampa.

Pélissier, R. (2000b). *História de Moçambique: Formação e oposição (1854–1918)* (3.ª ed., Vol. 2). Editorial Estampa.

Pélissier, R. (s.d.). *História da Guiné: Portugueses e africanos na Senegâmbia (1841–1936)* (2.ª ed., Vol. 1). Editorial Estampa.

Pereira, H. S. (2021). Uma ideia de império no final da monarquia constitucional. *Revista de História das Ideias*, 39, 245–274. https://impactum-journals.uc.pt/rhi/article/download/8619/7228/41285

Peres, D. (Dir.). (1934). *História de Portugal* (Vol. 6). Portucalense Editora.

Peres, D. (Dir.). (1935). *História de Portugal* (Vol. 7). Portucalense Editora.

Portugal. (1875). *Diario do Governo* (Sessão n.º 104, pp. 862–863). https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1875&mes=5&tipo=a-diario&filename=1875/05/11/D_0104_1875-05-11&pag=3&txt=servical

Portugal. (1878). *Diario do Governo* (Sessão n.º 267, pp. 2852–2855). https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1878&mes=11&tipo=a-diario&filename=1878/11/25/D_0267_1878-11-25&pag=4&txt=Curadoria%20Geral%20dos%20Servi%C3%A7aes

Portugal. (1903). *Diario do Governo* (Sessão n.º 23, pp. 351–354). https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1903&mes=1&tipo=a-diario&pm=&res=_HIGH

Ramos, R. (2006). *D. Carlos, 1863–1908*. Círculo de Leitores.

Rodrigues, A. S. (Coord.). (1994). *História de Portugal em datas*. Círculo de Leitores.

Roque, A. C. (2011). O sul de Moçambique na viragem do século XIX. *Africana Studia*, 17, 103–112.

Roque, A. C. (2016). Memória, ruptura e continuidade. *Historias de Frontera*, 2, 245–264.

Rosa, F. D. (2015). As expedições científicas. *Visão História*, 31.

Sebestyén, E., & Vansina, J. (1999). Angola's eastern hinterlands in the 1750s. *History in Africa*, 26, 299–364.

Serrão, J. (Dir.). (1971). *Dicionário de história de Portugal* (Vol. 1). Iniciativas Editoriais.

Serrão, J. V. (1980). *História de Portugal: O século de ouro (1495–1580)* (Vol. 3). Editorial Verbo.

Serrão, J. V. (1982). *História de Portugal: O despotismo esclarecido (1750–1807)* (Vol. 6). Editorial Verbo.

Serrão, J. V. (1984). *História de Portugal: A instauração do liberalismo (1807–1832)* (Vol. 6). Editorial Verbo.

Serrão, J. V. (1986). *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851–1890)* (Vol. 9). Editorial Verbo.

Silveira, L. N. E., & Fernandes, P. J. (2006). *D. Luís*. Círculo de Leitores.

Verde, F. (2021). Portugueses em África. *Visão História*, 65.

Vicente, A., & Vicente, A. P. (1998). *O príncipe real Luiz Filipe de Bragança (1887–1908)*. INAPA.

Zeca, E. J. (2017). Limites e fronteiras da África Austral. *Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 6(12), 217–235.

NOTAS

AUTORIA
Tiago Canhota: Doutor. Investigador, Universidade NOVA de Lisboa, MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente / ARNET – Rede de Investigação Aquática, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Lisboa, Portugal.
Olegário Nelson Azevedo Pereira: Doutor. MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente / ARNET – Rede de Investigação Aquática, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Lisboa, Portugal.
Maria Rosário Bastos: Doutora. Professora Auxiliar, Universidade Aberta, Departamento de Ciências Sociais e de Gestão, Porto, Portugal.

ORIGEM DO ARTIGO
Não se aplica.

AGRADECIMENTOS
Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA
Concepção e elaboração do manuscrito: T. Canhota
Coleta de dados: T. Canhota
Análise de dados: T. Canhota
Discussão dos resultados: T. Canhota, ONA Pereira, MR Bastos
Revisão e aprovação: T. Canhota, ONA Pereira, MR Bastos

FINANCIAMENTO
Este trabalho foi financiado por fundos nacionais atribuídos pela FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (Portugal), através dos projetos UID/4292/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04292/2025) e UID/PRR/4292/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/PRR/04292/2025) concedidos ao MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, do projeto LA/P/0069/2020 (https://doi.org/10.54499/LA/P/0069/2020) atribuído ao Laboratório Associado ARNET - Rede de Investigação Aquática e do projeto UID/04059/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025) atribuído ao CITCEM – Centro de Investigação transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM
Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES
Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS
Não se aplica.

PREPRINT
O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO
©Tiago Canhota, Olegário Nelson Azevedo Pereira e Maria Rosário Bastos. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES
Alexandre Busko Valim, Alexandre Karsburg, Daniela Capri

HISTÓRICO
Recebido em: 28 de abril de 2026
Aprovado em: 04 de agosto de 2026
Publicado em: 20 outubro de 2026

Como citar: Canhota, T., Pereira, O. N. A., & Bastos, M. R. (2026). Muito mais que uma viagem: os propósitos implícitos na passagem do Príncipe Real D. Luís Filipe por Moçambique (1907). *Esboços: Histórias Em Contextos Globais*, 33, 1–22.